

MANTENEDORAS FAZEM "PROPOSTA INDECENTE" PARA REAJUSTE SALARIAL

As negociações entre as mantenedoras do ensino superior e os sindicatos das escolas privadas chegaram a um novo impasse: desta vez as mantenedoras propuseram um reajuste de apenas 4%, bem abaixo dos 7,41% da cesta de índices que regula tradicionalmente o reajuste das escolas privadas.

Os patrões do ensino superior alegam que a nova política que o governo federal vem adotando para o repasse do Fies deixou-os em uma situação muito delicada. Na verdade a dependência visceral das escolas particulares ao Fies durou até quando a política econômica do governo começou a fazer água e a presidente Dilma teve de fazer "ajustes" na economia, cortando verbas da educação e saúde e atacando conquistas trabalhistas históricas em nome da sustentabilidade econômica.

Alguns grupos do ensino privado tinham mais de 90% de seus alunos com bolsas Fies, alicerçando seu desempenho quase que exclusivamente em verbas federais, verbas estas que garantiam a instituição inclusive contra o risco de inadimplência dos alunos. Agora, sem contar com boa parte desses recursos as es-

colas voltam-se contra aqueles que garantem a excelência dos serviços prestados, professores e funcionários.

De imediato a Federação dos Professores do Estado de São Paulo, Fepesp, recusou a proposta das mantenedoras e marcou reuniões com os sindicatos que ela representa.

ABONO DA PLR

Algumas faculdades estão antecipando parte dos valores de reajuste para que, finalizado o acordo não sobrem quantias elevadas para serem repassadas aos docentes e funcionários. No caso da PUC-SP a Fundação São Paulo já garantiu que no dia 20/4 estará fazendo, em folha complementar uma antecipação de 5% sobre o salário de fevereiro/2015.

Segundo diretores do Sinpro-SP ouvidos pelo PUCviva, as cláusulas sociais não deverão sofrer grandes alterações em relação ao ano passado. Porém algumas conquistas, como a Participação nos Lucros e Resultados, PLR, que é constitucional mas depende de acordo entre as partes, poderão ser suprimidas.

A PUC-SP foi uma das poucas instituições de en-

sino superior que não pagaram o abono, relativo à PLR em 2014. Alegando quebra da filantropia a universidade efetuou o depósito em juízo e aguarda uma palavra da Receita Federal. Porém o Sinpro-SP e o Saaesp ingressaram na Justiça do Trabalho e aguardam decisão. Na semana passada juíza Paula Lorente Ceolin remarcou a audiência de julgamento para 24/4 às 15h.

PAGAMENTO DA DÍVIDA DE 2005

Conforme já informamos a Fundação São Paulo deverá enviar ao Sinpro-SP em 30/4 os valores referentes à primeira parcela da dívida de 7,66% que não foram incorporados aos salários docentes em 2005. Nesta parcela e durante cerca de quatro anos terão pri-

oridade aqueles professores que não fizeram acordo com a Fundação e, portanto, ainda não receberam nenhum valor referente à dívida. Depois do pagamento destes docentes terá início o pagamento de outras parcelas àqueles que já receberam 60% da dívida. Porém a incorporação escalonada dos 7,66% aos salários já começou este mês e se repetirá anualmente nos próximos seis anos. Neste início de incorporação os professores que não haviam feito acordo tiveram seus salários de março acrescidos de 1% e aqueles que fizeram acordo viram incorporados à sua base salarial o 1% que antes recebiam a título de vantagem pessoal.

Todos os professores que têm direito ao recebimento devem se cadastrar no endereço eletrônico divulgado nesta página.

PROFESSOR,

Se você tem direito à dívida relativa ao dissídio de 2005 deve se cadastrar no endereço eletrônico

http://www.sinprosp.org.br/processos_cadastro_login.asp

Ao acessar a página, selecione a opção "PUC (Fundação São Paulo) (053/2010) - Reajuste 7,66%"

Comissão inicia análise da atividade dos Departamentos

A Comissão de Estudos sobre os Departamentos iniciou na semana passada as suas análises sobre a pertinência da existência dos departamentos dentro da universidade. Em um primeiro momento deverão ser ouvidos os departamentos, que indicarão as vantagens e desvantagens da manutenção ou alteração da configuração dos atuais departamentos.

A discussão procede de uma demanda encaminhada ao Conselho Universitário (Consun) pela Fundação São Paulo. Tendo em vista uma série de questionamentos realizados pelos secretários-executivos, tais como sobreposição de atribuições, diversidade de áreas epistemológicas no mesmo agrupamento docente ou eliminação dos departamentos em outras institui-

ções de ensino, a Fundasp propôs a discussão pelo Consun da viabilidade de extinção dos departamentos.

De imediato formou-se uma comissão de conselheiros que deverá, mediante a discussão com os diversos departamentos de suas unidades, apresentar um relatório preliminar na próxima reunião do colegiado.

ESTATUTO E REGIMENTO

Como foi lembrada por diversos conselheiros, a estrutura departamental é estatutária e só poderá mudar juntamente com a revisão dos estatutos e regimento da PUC-SP.

Em seu artigo 37 o regimento da universidade informa que: "os Departamentos, unidades básicas das faculdades, se estruturam por áreas de conheci-

mento para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão na PUC-SP". Já em seu artigo 38 o texto diz que "o Departamento tem por finalidade a organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal docente em função do processo de produção de conhecimento por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, obedecendo o princípio da indissociabilidade".

Os departamentos nas diversas instituições de ensino do país vêm sofrendo pressões para a sua extinção, principalmente depois que o MEC adotou parâmetros neoliberais para conduzir o ensino. Para o MEC a principal articulação dentro de um curso se dá exclusivamente através da Coordenação, que delibera fundamentalmente

sobre questões didático-pedagógicas. A articulação política e trabalhista dos professores se dá principalmente pela sua vinculação ao departamento. Portanto a extinção dos departamentos não é somente uma questão financeira, mas envolve toda a vida profissional do docente na universidade, que poderá ficar, de uma hora para outra, sob a tutela exclusiva da Divisão de Recursos Humanos.

Nas últimas eleições gerais da PUC-SP, em 2013, a universidade contava com 49 departamentos. Depois disso foi extinto o Departamento de Educação Física. Neste ano deveremos ter novas eleições, pois em julho termina o mandato dos atuais chefes de Departamento e coordenadores de cursos e programas de pós.

Debate sobre redução da maioria penal acontece na Prainha

Na noite de terça-feira, 7/4, os membros do coletivo PUC-SP Contra a Redução da Maioridade Penal, composto por membros da comunidade puquiã, organizaram um ato-debate na Prainha para discutir a proposta aprovada na última semana pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara dos Deputados. Participaram do debate Pedro Fassoni, do departamento de Ciência Política, Humberto Fabretti, professor de Direito do Mackenzie, Mara Ferreira, coordenadora do Núcleo de Infância da Defensoria Pública, Rosalina Santa Cruz, professora do curso de Serviço Social, Adriana Aipo, da faculdade de Psicologia e o estu-

dante Gustavo, representando o Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária), do pós em Ciências Sociais. Os presentes apontaram diversas questões, como, se aprovada, a lei servirá apenas para criminalizar mais ainda a juventude negra e pobre, já que há vista grossa para crimes, inclusive graves, cometidos por grupos privilegiados socialmente (brancos ricos), e que a prisão, independente da idade do detido, não resolve a questão por não mexer nos problemas estruturais que a levaram aos crimes, apenas faz a pessoa muitas vezes piorar o comportamento por conta da revolta. Além disso, foi mostrado que menos de 10% dos crimes no

Brasil são cometidos por menores, o que torna injustificável uma lei específica para esse tipo de delito. Os debatedores repudiaram veementemente a aprovação do projeto de lei pelos deputados brasileiros, e acreditam que a solução para os crimes no Brasil passa longe da cadeia. O coletivo vem se or-

ganizando pelo Facebook, e mais informações sobre o mesmo estão disponíveis na página <https://www.facebook.com/pages/PUCSP-Contra-a-Redu%C3%A7%C3%A3o-da-Maioridade-Penal/>.

Na página ao lado reproduzimos o manifesto do movimento.

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Andressa Vilela, Marina D'Aquino e Anna Gabriela Coelho

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e

Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Hamilton Octavio de Souza e Victoria C. Weischtordt

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua Ministro Godoy 1055 - Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8208 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

Manifesto "PUC-SP contra a redução da maioria Penal"

Nós, estudantes de diversos cursos da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) nos manifestamos radicalmente contrários à PEC 171 que tramitará no Congresso Federal.

Vinte e dois anos após ser proposta, a PEC 171 foi considerada constitucional pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos deputados. A PEC, que altera a maioria penal de 18 para 16 anos, ainda passará por análise de uma comissão especial de parlamentares. Se aprovada nesta instância, a proposta vai ao plenário para ampla votação.

Nos posicionamos contra a redução da maioria penal, entre outras razões, por considerar que esta ação isenta o Estado em seu compromisso com a juventude, no que diz respeito às políticas públicas. Estes já não têm efetivadas as garantias de seus direitos, apesar de assegurados na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A redução da maioria penal representa assim um retrocesso aos direitos e garantias das crianças e adolescentes. Precisamos criar condições sociais para que os jovens não sejam condicionados pela pobreza, violência, marginalização e não encarcerá-los de forma a responsabilizá-los pela violência na qual estão inseridos e que a resolução é problema de

toda a sociedade.

Entendemos que o Estado brasileiro faz uma escolha ao punir ao invés de reeducar, tratando o problema como solução. Nosso sistema carcerário não ressocializa como em tese se propõe, mas impossibilita a reinserção social e expõe o jovem encarcerado a todo tipo de violência e vulnerabilidade, o que de fato não permitirá que este tenha outra possibilidade de vida que não a criminoso.

Os jovens já são responsabilizados por qualquer ato infracional que venham a cometer e inclusive há previsão de medidas sócio-educativas no ECA que incluem advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade e internação. Há alternativas sócio-educativas que podem propiciar a reinserção na sociedade e tem resultados muito mais concretos positivamente do que o encarceramento em prisão comum.

Além disso, segundo pesquisa da Secretaria de Direitos Humanos em parceria com a Unicef - Fundo das Nações Unidas para a Infância, 36,5% das mortes de adolescentes são causadas por homicídios, enquanto na população em geral o percentual é de 4,8%. Em 2012, 11 mil (média de 30 por dia) crianças e adolescentes foram assassinados, ao passo que 2,9 mil cometeram algum crime contra a pessoa. O Brasil é o terceiro país que mais encarcera no mundo, atrás apenas de Estados Unidos e China. O índice de reinci-

dência prisional é de 70% nas prisões comuns. Nos sistemas sócio-educativos esse número é de 20%. Tais taxas só comprovam a ineficácia do sistema carcerário brasileiro na recuperação de presos. Nos 54 países que reduziram a maioria penal os índices de violência não caíram. Tanto que dois destes países, Alemanha e Espanha, voltaram atrás nessa decisão.

É preciso compreender também que a redução da maioria penal não se trata como afirmam os conservadores, numa "defesa dos cidadãos de bem". Com todas as ressalvas possíveis a "quem são esses cidadãos", os defensores da redução são os mesmos que tem interesses políticos e econômicos na indústria de armas bem como presídios privatizados, o que pode ser facilmente confirmado ao observarmos os financiamentos de suas campanhas. A quem de fato serve a redução, portanto, já que comprovadamente não reduz a violência?

A juventude quer mais direitos, necessita da garantia de educação de qualidade, acesso ao lazer, ao esporte e às artes. É preciso fazer cumprir o que a Constituição garante e proteger as crianças e os adolescentes, não encarcerá-los nas masmorras que são os presídios no Brasil.

O Estado não pode se recusar a garantir tais direitos e escolher punir os jovens que não tiveram o amparo de políticas públicas. A redução da maioria penal serve como mais uma ferramenta para punir a ju-

ventude negra, pobre e periférica que o Estado, a mídia e as demais instituições se recusam a enquadrar como cidadãos.

Nos morros e periferias de nosso país o gatilho da PM condena sem julgamento legal, ignorando a fixação da maioria penal e criminalizando a juventude sem que nada os impeça. O assassinato do jovem Eduardo, de 10 anos, ocorrido na quinta-feira, 2/4, no Complexo do Alemão, pela UPP, demonstra que o Estado tem uma preocupação seletiva em relação à segurança pública e diminuição da violência, já que discute redução, mas não os crimes cometidos contra inocentes por suas próprias forças militares.

Nosso Estado se exime de qualquer responsabilidade e permite que a Polícia Militar de todo o país tenha o direito de punir o negro, pobre, favelado. Reduzir a maioria penal (legalmente) é reduzir ainda mais qualquer perspectiva de mudança. É impossibilitar que jovens tenham outras chances, já que como foi supracitado, nosso sistema carcerário não ressocializa.

Este manifesto representa um apelo da juventude brasileira, que grita por socorro e pede para viver. Pedimos um Estado mais compromissado com seus jovens e menos punitivo. Porque nossas prisões não nos livram do crime; nossos jovens merecem direitos e não algemas.

Palestra analisa a política em Shakespeare

Na noite de quarta-feira, 8/4, a PUC-SP sediou uma palestra do professor Dr. Miguel Chaia, membro do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política da Faculdade de Ciências Sociais da PUC-SP, sob o tema "Uma Perspectiva Trágica: Política e Poder em Shakespeare". A mesa foi coordenada pela professora Dra. Maria Beatriz Abramides e recebeu o apoio da APROPUC.

O professor Miguel Chaia foi um dos docentes que teve suspenso o seu credenciamento junto ao pós-graduação por não ter se encaixado nos critérios produtivistas que orientavam o processo. A realização de eventos como este provam que a excelência acadêmica não se restringe aos estritos critérios dos currículos Lattes ou do Qualis.

Chaia iniciou sua exposição deixando claro que, para ele, não há possibilidade de falar da política em

Shakespeare sem antes falar do amor em sua obra. "Seus sonetos, que possuem ambiguidade, também revelam grandeza ao tratar do amor", afirma, acrescentando que o autor revolucionou a linguagem através de sua visão acerca de tal sentimento.

Em seguida, o professor explicou, categoricamente, que é possível encontrar uma teoria política nas obras de Shakespeare e que o fato dessa teoria ser calçada em obras teatrais não significa nenhum impedimento para que ela exista e tenha substância. Isso porque suas obras eram sempre produtos de investigação e pesquisa acerca da realidade vivida à época.

De acordo com Chaia, existem dois parâmetros iniciais para se pensar a política através do autor inglês. O primeiro deles é o sujeito, que, em Shakespeare, encontra-se num permanente embate consigo mesmo acerca de conflitos



Mesa do debate que analisou a política na obra de Shakespeare

não resolvíveis. O segundo parâmetro é o poder. "Se existe sujeito, existe permanentemente o poder. A sociabilidade em Shakespeare é formada por uma rede de indivíduos somados a seus poderes", pontua o professor.

Já a política em Shakespeare é uma continuação da ideia de sociabilidade e se dá pelo movimento constante entre sujeito e poder, principalmente o poder do Estado. "Shakespeare nos dá uma visão trágica da política e do mundo. Ele não se interessa pela ordem social, não se

detém no pacífico, mas analisa as violências e a maldade", explica.

Para entender a fundo a visão de política na obra de Shakespeare, Chaia destacou, ainda, alguns fundamentos secundários, como sua concepção de história - que deriva de uma visão aristotélica -, a ideia de territorialidade, e o elemento do corpo. "Aqui, corpo aparece no sentido de que o poder incide e marca o corpo humano", elucidando, portanto, a ideia de Shakespeare sobre a relação entre política e sujeito.

Evento discute a crise hídrica em São Paulo

Na quarta-feira, 8/4, estudantes e professores lotaram o auditório 100A para o debate "Direitos sociais no capitalismo em crise: a saúde e recursos hídricos". A mesa foi composta pelo professor Aquilas Mendes, da FEA-PUC, Felipe Corneau, médico e representante do Fórum Popu-

lar de Saúde, Denise Manfil, professora da faculdade Anhembi-Morumbi e membro da Plenária Estadual da Água, Eliza Zaneratto, do departamento de Psicologia, com coordenação das professoras Maria do Socorro Cabral e Beth Rico, do departamento de Serviço Social.

Os presentes expuseram alguns fatores econômicos e políticos sobre a falta de água que atinge São Paulo há muitos meses, e desconstruíram alguns dos mitos veiculados pela Sabesp, pelo Governo de São Paulo e pela grande mídia. Um dos problemas apontados pelos palestrantes foi que o problema, em parte, não é só a escassez de chuvas e falta de água, e sim falta de saneamento básico para tratar a água existente, além da não manutenção dos canos e tubulações que levam a água para as residências e outras construções. Também foram comparadas as crises hídricas no Brasil com a de outras localidades, como nos Estados Unidos, e os gastos dos governos para buscar soluções - que, no entanto, não

olharam para os caminhos mais óbvios, como impedir o desmatamento excessivo das florestas e deslocamento desnecessário de rios. Os debatedores não pouparam suas críticas ao governo estadual, pela negligência em relação aos avisos da Sabesp quanto ao desperdício de água e falta de responsabilidade com os cidadãos do estado, principalmente nos lugares mais altos da cidade, onde a água tem mais dificuldade de chegar. Denise apontou também que o próprio site da Sabesp dá diversas informações incorretas, o que pode confundir pessoas leigas que acessarem o site. O debate veio em lembrança ao Dia Mundial da Saúde, que não tem muito o que comemorar com a situação crítica do Brasil nesta área.



A mesa do debate que discutiu saúde e recursos hídricos

FALA COMUNIDADE

MEC segue projeto da ditadura

Dominado por tecnocratas, órgão público financia grupos empresariais privados e mantém exclusão social

Hamilton Octavio de Souza

O Ministério da Educação ganhou no dia 6/4 um novo titular, o professor de filosofia da USP Renato Janine Ribeiro. A presença dele no órgão público cria expectativa favorável, já que se trata de pensador sério e experiente com longa carreira no ensino público, ao contrário dos vários neófitos que ocuparam o cargo nas últimas gestões. No entanto, essa expectativa precisa ser ponderada diante do sistema que envolve o MEC há muitos anos, desde o regime militar, quando o governo estimulou e acelerou o processo de privatização do ensino e estabeleceu o domínio da tecnocracia no aparelho estatal.

Antes do golpe civil-militar de 1964, educadores, professores, trabalhadores da educação e segmentos da sociedade debatiam uma profunda reforma do setor, que visava aumentar o investimento do Estado nos vários níveis do ensino público, acabar com o analfabetismo, aumentar a escolaridade e massificar o ingresso de milhares de jovens na universidade até então um privilégio para poucos e especialmente para os filhos dos mais ricos. Incluída no bojo das chamadas reformas de base do Governo Jango, a reforma do ensino apostava na capacitação e melhoria da remuneração dos professores e vinculava o papel emancipador da escola ao projeto de nação soberana.

Logo após o golpe, por influência dos Estados Unidos (Acordo MEC-Usaid), começaram a surgir por todo o Brasil novas faculdades e novos cursos superiores mantidos por fundações ou autarquias municipais e estaduais sem fins lucrativos. Alguns anos depois, en-

tusiasmados com a crescente demanda por vagas no ensino superior, empresários privados conseguiram o aval do regime militar para expandir a rede com a abertura de conglomerados do ensino tipicamente mercantis, com o objetivo de lucro, mantidos pelos próprios alunos e muitas vezes também subsidiados pelos cofres públicos.

As chamadas fábricas de diplomas foram nos anos 1970 e 1980 a grande fraude do país: as escolas funcionavam como caça-níqueis e raramente prestavam serviço de qualidade. Muitos barões da educação enriqueceram rapidamente e construíram impérios logrando os brasileiros mais pobres que não conseguiam vagas nas universidades públicas. Alguns desses empresários continuam ativos até hoje e exercem forte influência no Legislativo, no Executivo, na mídia e nos conselhos de educação. Outros entregaram seus impérios educacionais para grupos estrangeiros que aportaram mais recentemente no Brasil nessa fase de globalização neoliberal.

O sistema educacional brasileiro enfrenta o mais brutal processo de desnacionalização, mesmo porque está despregado de qualquer projeto nacional que vise a redução das desigualdades econômicas e sociais, o desenvolvimento da tecnologia e da ciência, a construção de um país autossustentável e autossuficiente na produção de bens primários e manufaturados. Ao contrário, o ensino está nivelado por baixo para acomodar a sociedade brasileira no quinhão que sobra da espoliação financeira e rentista (transferência de renda via juros) e do capital nacional (financiamentos subsidiados) e estrangeiro (remessas de lucros ilimitadas e pagamentos

de royalties). O atual aparelho educacional se conformou em fornecer mão de obra barata para os escalões inferiores na cadeia de produção conforme a divisão internacional do trabalho definida pelos países ricos.

Para efeito de marketing interno e externo, o MEC criou inúmeros mecanismos pirotécnicos para disfarçar a sua falta de compromisso com a sociedade brasileira. Ao invés de investir pesadamente no ensino público de qualidade e inverter a curva da privatização do ensino superior (perto dos 80% das vagas oferecidas), trata de repassar recursos públicos para os empresários privados. Ao invés de aplicar 10% do PIB na capacitação e remuneração dos professores e na melhoria da rede física, aplica a metade disso na própria burocracia e em inúmeros penduricalhos que nada refletem na qualidade do ensino oferecida ao povo brasileiro. Ao invés de estimular o pensamento autônomo e independente, financia projetos que aumentam a subordinação dos brasileiros ao neocolonialismo intelectual. Ao invés de estimular a criatividade, a educação libertadora e o aperfeiçoamento da democracia e da cidadania a partir da escola, empenha o dinheiro público no emaranhado burocrático através do qual exerce controle ideológico e aplica os dogmas do modelo mercantil. Assim como o sistema político-econômico dominante, o sistema educacional funciona para enquadrar as novas gerações a uma condição de subordinação e dependência ao jogo dos mercados. O corte dos recursos do FIES mantém a exclusão social e a punição aos que foram punidos pela pobreza do sistema público de ensino.

A PUC de São Paulo já foi uma Universidade com vocação

pública, comunitária e comprometida com a transformação social do Brasil. Foi. Não é mais. Seu corpo dirigente abandonou completamente o sentido emancipador da educação proclamado por Paulo Freire e embicou cada vez mais no projeto privatista e mercantil sustentado pelo MEC, com seus sistemas tecnocráticos de avaliação, com seus rankings marqueteiros, com seus protocolos burocratizados. Quanto mais se aproxima do modelo mercantil, mais a PUC-SP se distancia de seus referenciais virtuosos do passado. Quanto mais entra no esquema rebaixado das Uni-Esquinas e das fábricas de diplomas sustentadas pelo MEC, mais se iguala ao que existe de pior no país. Logo nada mais vai diferenciar a PUC-SP das milhares de unidades operadas pelos grupos Kroton, Laureate, Anima, Estácio e Unip.

Quem afunda a PUC-SP na mesmice não é quem resiste ao modelo mercantil, é quem acha que professor não precisa pensar com autonomia e sim obedecer e seguir as regras da mediocridade burocrática. Quem afunda a PUC-SP não são os estudantes que manifestam rebeldia e indignação, mas os que operam os instrumentos da repressão dentro da Universidade. Quem afunda a PUC-SP todos os dias é quem se subordina docilmente aos malabarismos tecnocráticos do MEC sem qualquer reflexão crítica. Quem afunda a PUC-SP todos os dias é quem se dobra ao projeto educacional criado e preservado desde o período da Ditadura Militar. Esses sim estão levando a PUC-SP para o fundo do poço, de onde não há mais retorno.

Hamilton Octavio de Souza é jornalista e professor.

G AUCHE NA VIDA

Piorar pra pior!

Herbert Claros

Sob o pretexto de regulamentar a terceirização no Brasil, acabou-se por legalizar a fraude e a precarização do emprego. Este projeto de lei é uma das maiores ameaças aos direitos da classe trabalhadora. As mudanças por trás do projeto de lei são profundas e pioram o que já é ruim. Vejamos algumas das mudanças:

O projeto autoriza a contratação de serviços terceirizados desde que a empresa seja "especializada". Assim, acaba por permitir que as empresas terceirizem até suas atividades-fim, o que hoje é proibido.

No caso de a empresa terceirizada não pagar suas obrigações trabalhistas, o projeto determina a responsabilidade subsidiária da contratante. Assim, se extingue a responsabilidade solidária, ou seja, a tomadora de serviços não precisará quitar obrigações trabalhistas caso não sejam cumpridas pela terceirizada.

O projeto também permite que a prestadora de serviços contrate outra empresa para tal. Isso se chama quarteirização e apresenta ainda mais riscos aos direitos e condições de trabalho.

Outra grave consequência será o aumento considerável de acidentes e doenças. No Brasil a cada dez acidentes de trabalho, oito envolvem funcionários de terceiras. As condições precárias vitimam os trabalhadores, em muitos casos

pondo em risco a vida. Basta ver os altos índices de acidentes na Petrobras, onde a quantidade de trabalhadores terceirizados em relação aos da própria Petrobras é enorme.

Outro grave problema está relacionado ao aprofundamento da divisão dos trabalhadores. A terceirização serve não só para as empresas economizarem com a folha de pagamento e encargos, mas também para dividir a base dos trabalhadores. Os trabalhadores terceirizados acabam sendo representados sindicalmente por entidades sindicais diferentes do sindicato que representa os trabalhadores da empresa contratante. Esse processo irá se aprofundar e corremos o risco de, em uma fábrica, por exemplo, existir mais de dois ou três sindicatos fragmentando a representação dos trabalhadores.

O SONHO DO PATRÃO: UMA FÁBRICA SEM EMPREGADOS!

Esse é o maior desejo dos patrões, o PL 4330 da terceirização, abre a possibilidade da existência de uma empresa sem trabalhadores.

A terceirização é usada pelas empresas para economizar em mão de obra. Constitui uma manobra econômica destinada a reduzir os custos trabalhistas na empresa, rebaixando salários e encargos sociais substituindo os trabalhadores com contrato direto por trabalhadores de empresas contratadas.

Essa situação hoje já

traz sérios problemas de divisão social dos trabalhadores. Os trabalhadores terceirizados estão expostos aos piores e mal remunerados trabalhos. Esse rebaixamento de salários de uma parcela da classe trabalhadora reduz ainda mais a massa salarial contribuindo ainda mais para o aumento da superexploração dos trabalhadores e a extração de mais-valia.

UNIR OS TRABALHADORES PARA LUTAR CONTRA A TERCEIRIZAÇÃO

Para você que leu essas linhas até agora e ainda não se convenceu do quanto é prejudicial a terceirização, basta olhar esse processo na maior estatal do país, a Petrobras.

Após a revelação dos escândalos da operação Lava Jato, observamos nos noticiários que milhares de trabalhadores das empreiteiras terceirizadas da Petrobras estão sofrendo com atrasos de salários e a demissão sem o pagamento dos direitos.

Esse fato não está acontecendo somente agora por conta das acusações que essas empresas corruptoras estão sofrendo na justiça. Os canteiros das obras da Petrobras e mesmo em muitas atividades, a terceirização e os seus efeitos são parte do cotidiano. Esses fatos são a prova de quanto a terceirização e o trabalho temporário são nocivas aos trabalhadores. O PL4330 aprofundará ainda mais esta situação.

A ampliação desenfreia-

da da terceirização através do PL 4330 causará grande prejuízo aos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários no país.

A provável migração massiva de milhões de trabalhadores hoje enquadrados como efetivos das empresas e instituições tomadoras de serviços em direção a um novo enquadramento, como trabalhadores terceirizados, deflagrará impressionante redução de salários, direitos e garantias trabalhistas e sociais.

Esse congresso corrupto liderado por Eduardo Cunha (PMDB) e toda sua banda podre não tem moral para decidir sobre os direitos dos trabalhadores brasileiros. As organizações dos trabalhadores através de seus sindicatos, entidades, partidos tem o dever de convocar protestos, paralisações e ações no congresso para barrar a PL4330.

Chega de precarização no trabalho!

Chega de terceirização! Abaixo a PL4330

Herbert Claros é metalúrgico da Embraer e vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região.

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana. Se você tiver contribuições (nomáximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

MOVIMENTOS SOCIAIS

Aprovado na Câmara texto que regulamenta terceirização

Na quarta-feira, 8/4, a Câmara dos Deputados aprovou o texto principal do projeto de lei que regulamenta os contratos de terceirização. Propostas de alteração ainda serão discutidas na próxima semana e, depois de concluída a votação, o texto seguirá para análise do Senado. O projeto se coloca como uma das maiores ameaças aos direitos da classe trabalhadora.

A proposta permite que empresas contratem funcionários terceirizados para exercer qualquer fun-

ção e também extingue a responsabilidade solidária, ou seja, a tomadora de serviços não precisará quitar obrigações trabalhistas caso não sejam cumpridas pela terceirizada.

A terceirização também é usada pelas empresas para economizar em mão de obra, pois rebaixam os salários e encargos sociais ao substituírem trabalhadores com contrato direto por trabalhadores de empresas contratadas. Além disso, o tempo de permanência no emprego também é menor

entre os terceirizados, assim como o número de acidentes de trabalho.

A proposta é rechaçada pelos setores da esquerda, que se uniram na semana passada nas Jornadas de Lutas, marcadas por greves e protestos pelos direitos dos trabalhadores, organizadas por diversos movimentos sociais. A jornada foi uma resposta à grave crise econômica e política que vive o país, sendo uma das maiores pautas o repúdio ao Projeto de Lei que regulamenta a terceirização.

Professores em greve saem às ruas mais uma vez

Professores da rede estadual de São Paulo, que estão em greve há quase um mês, fecharam ruas e estradas quinta-feira, 9/4, em forma de protesto. Houve bloqueios em pelo menos cinco rodovias paulistas, uma ação que foi deliberada durante a última assembleia da categoria, na semana anterior.

Segundo o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de

São Paulo (Apeoesp), a categoria reivindica reajuste salarial de 75,33%, que é o necessário para que os salários se equiparem ao de outras profissões com formação de nível superior.

A Apeoesp afirma ainda que há notícias de que escolas estão sendo orientadas a consignar faltas injustificadas, pressionando os professores em greve a voltarem para as unidades

escolares. Entretanto, o sindicato reafirma o entendimento de que as faltas decorrentes da greve não podem ser utilizadas para fins de demissão ou dispensa.

Na próxima quarta-feira, a Assembleia Legislativa de São Paulo realizará uma audiência pública sobre a greve dos professores. Mais de vinte deputados estaduais assinaram a convocação sobre o encontro.

Ocupações em Porto Alegre estão ameaçadas de despejo

Uma ordem de despejo ameaça 350 famílias das ocupações Progresso e Império, situadas na Zona Norte de Porto Alegre. Desde a semana passada, movimentos sociais, organizações e frentes de moradia intensificaram uma campanha que busca apoiar estas famílias em seu direito por moradia e evitar

o despejo - que está marcado para o dia 13/4.

A notícia da possibilidade de desocupação chegou aos moradores logo após uma grande vitória das ocupações e articulações: no dia 16/4, uma ação organizada conseguiu derrubar o veto da prefeitura que ia de forma contrária ao Projeto de Lei que

transformava 14 ocupações em Área Especial de Interesse Social (AEIS). Portanto, os movimentos querem que a Lei seja cumprida e que as famílias permaneçam no local.

As ocupações Progresso e Império estão incluídas nesse projeto. Entre as 350 famílias que lá moram, cerca de 50 são de origem haitiana.

Estudante francês é condenado por participar de protesto

No dia 1/4 foi dado o veredito da apelação ao julgamento contra Gaëtan, estudante francês membro do sindicato estudantil Solidaires étudiant-e-s, e jovem militante do Novo Partido Anticapitalista de Toulouse. Ele havia sido condenado a dois meses de prisão condicional e a uma multa de 1100 euros por haver participado de uma manifestação em repúdio à morte de Remi Fraisse, assassinado pelas forças de repressão no ano passado.

O veredito da apelação piorou o cenário, pois adicionou à sua pena uma condenação de dois meses de prisão efetiva.

Na semana passada, foi divulgada uma carta expressando a solidariedade a Gaëtan e se posicionando contra a injustiça de sua prisão. A APROPUC assina a carta e se posiciona contrária a qualquer criminalização de movimentos sociais.

Esquerda vai às ruas por mais direitos

O Largo da Batata receberá, no próximo dia 15/4, às 17h, o ato "Contra a direita, por mais direitos". A manifestação será focada em três pautas principais: defesa dos direitos sociais; combate à corrupção e não às pautas conservadoras.

Na semana passada, foi lançado um manifesto de mesmo nome que contextualiza o momento atual que o Brasil está e explica que a saída da crise se dá pela esquerda, através de uma Reforma Política Democrática e de um ajuste que taxe os setores que continuam lucrando. A APROPUC, ao lado de outras organizações, assina o manifesto.

ROLA NA RAMPA

BATE PAPO SOBRE A SITUAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL

16
ABRIL
2015
19:00H



Audatório
APROPUC
Rua Bartira, 407
Perdizes-SP

Helena Silvestre - Militante do Movimento Luta Popular
Beatriz Abramides - Assistente Social, Profª. da Pós Graduação em Serviço Social da PUC-SP e diretora da APROPUC
Hamilton Octavio de Souza - Jornalista, Prof. do curso de Jornalismo da PUC e diretor da APROPUC
Valério Arcary - Historiador e Prof. da IFSP-USP



*Serão fornecidos certificados

Prorrogação do subsídio-alimentação

Foi prorrogado até o dia 30/4 o prazo para se candidatar ao subsídio-alimentação de 50% do valor, oferecido aos alunos com perfil de necessidade financeira, para a realização de uma refeição diária, nos campi Monte Alegre e Marques de Paranaguá. Ainda há 400 vagas de subsídio-alimentação, que poderão ser concedidas aos alunos de Graduação ou Pós-Graduação, no bandeirão dos restaurantes: Sodexo do Brasil Comercial e Maria Naide de Oliveira ME. Saiba mais no site: www.pucsp.br/alunos/bolsa-e-subsidio-alimentacao.

Projeto Cinema na Universidade

Começou no dia 9/4 o Projeto Cinema na Universidade, iniciativa que discutirá com a comunidade puquiara temas importantes para a sociedade retratados no cinema. Com encontros mensais, convidados apresentarão filmes e debaterão as questões propostas pelos mesmos. O primeiro encontro teve como convidado o professor Fabio Cypriano e exibição do filme "Abramovic: The Artist is Present", de 2012. O documentário dirigido por Matthew Akers e Jeff Dupre registra a

mostra da artista sérvia Marina Abramovic, no Museu de Arte Moderna de Nova York, em 2010, quando permaneceu 736 horas sentada durante todo o período da mostra. Foi aí que a artista, até então reconhecida pela sua radicalidade no circuito da arte, levou a performance a ser apreciada por um universo muito mais amplo. Emocionante, o documentário ajuda a compreender a mostra em cartaz no Sesc Pompéia, "Terra Comunal", organizada por Marina Abramovic.

Conferência sobre mídia na PUC-SP

A conferência "Podemos: estratégias discursivas e midiáticas em rede", com a Profª Drª Eva Campos-Domínguez, da Universidad de Valladolid, na Espanha, acontece no dia 16/4, às 14h. A coordenação do debate estará a cargo da professora Vera Chaia, da Faculdade de Ciências Sociais no auditório 100A. A conferência será organizada pelo Neamp, Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política.

Dia Mundial da Voz comemorado na PUC-SP

Dia 14/4, terça-feira às 10h, o Laboratório de Voz – LaborVox, do curso de Fonoaudiologia, comemora o Dia Mundial da Voz com apresentação do cantor Luis Aranha, na Praia (campus Monte Alegre). Para conhecer mais sobre sua voz e cuidados que devemos ter com ela, acesse www.pucsp.br/laborvox.

Atividade debate a estética na obra de Luckács

No período de 06 de março a 10 de abril ocorreu a Atividade Programada (ATP) no Programa de Estudos Pós Graduação em Serviço Social organizada pelas professoras Bia Abramides, Lúcia Barroco e Maria Lúcia Martinelli, coordenadoras dos núcle-

os de estudos e pesquisas NEAM, NEPEDH e NEPI. A atividade foi ministrada pelo professor doutor Antônio Rago Filho do Programa de História da Faculdade de Ciências Sociais com o tema: Estética, História e Ontologia do Ser Social na obra de Luckács.



Professor Antonio Rago fala sobre a obra de Luckács